



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

## Mapa de Riscos da Contratação e Execução Contratual

PROCESSO: 8503994-58.2024.8.06.0000

CONTRATAÇÃO DE: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Buffet.

DESCRIÇÃO DO RISCO	PRINCIPAIS CAUSAS POSSÍVEIS	PROBABILIDADE	IMPACTO	*CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	AÇÕES PREVENTIVAS	**RESPONSÁVEL PELA PREVENÇÃO E PELO RISCO	AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEL PELO CONTINGENCIAMENTO
Ausência de disponibilidade orçamentária.	Utilização do recurso existente com outra demanda.	1	1		Reservar o recurso financeiro.	Seplag	Remanejar recursos financeiros.  Pedir suplementação orçamentária	Presidência  Secretaria de Finanças
Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda.	Não procurar saber ou não planejar a necessidade	1	1		Planejar a demanda com os setores envolvidos.	Diretoria de Cerimonial	Adequação da demanda.	Diretoria de Cerimonial
Atraso no processo administrativo de aquisição.	- Complexidade na produção dos artefatos. - Falta de Expertise na produção dos documentos. - Envolvimento dos responsáveis em outras atividades. - Demora na análise dos documentos. - Demora em conseguir cotações.	2	1		Planejar e acompanhar as etapas do projeto de aquisição.  Acelerar o processo de cotação.  Alinhar com as áreas envolvidas prazos hábeis para resposta e uma instrução processual satisfatória.	Diretoria de Cerimonial.  Diretoria de Contratações.	- Atuar junto as áreas onde esteja ocorrendo os atrasos de forma a superar os gargalos identificados. - Otimizar as cotações nos portais eletrônicos. - Cobrança de propostas às empresas cotadas. - Reavaliar as demandas de forma a contemplar como prioridade o andamento dos projetos.	Diretoria do Gab. Presidência



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

Pesquisa de preços estimados tendo como base objeto divergente do especificado no Termo de Referência	Falta de conhecimento da solução desejada.  Falta de habilidade na pesquisa de preços.  Negligência no processo de cotação.	1	2		- Conhecer bem a demanda. Fazer uma pesquisa de preços em vários canais. -Conferir se a licitação que está sendo usada como referência possui itens similares aos que se pretende adquirir. -Observar, quando pesquisado preços junto aos fornecedores, se esses atentaram para as especificações dos itens que se pretende adquirir.	Diretoria de Cerimonial	Corrigir as inconsistências e apresentar itens compatíveis com os disponíveis no mercado.  Realizar nova pesquisa de preços adequando à demanda correta	Diretoria do Gab. Presidência
Resultado da licitação com preços superiores aos praticados no mercado.	Falha no processo de cotação.  Negligência durante o Pregão Eletrônico	1	1		Realizar pesquisa de preços em canais públicos/governamentais e no mercado.  Iniciar a disputa com o valor da mediana definida no Termo de Referência	Diretoria de Cerimonial  Comissão de contratação	Suspender o processo licitatório.  Realizar nova pesquisa de preços.	Consultoria Jurídica  Comissão de contratação
Utilização de condições de habilitação potencialmente restritivas à competitividade.	- Falta de conhecimento.  - Negligência na pesquisa comparativa com editais já licitados de objetos semelhantes.	1	2		Exigir somente condições de habilitação que forem essenciais à seleção de fornecedores visando a uma boa capacidade técnica e econômica/financeira para a execução do objeto.	Diretoria de Cerimonial	Reanalisar as condições de habilitação exigidas e comparar com as práticas exigidas em editais já licitados.	Diretoria de Cerimonial  Comissão de contratação
Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.	Existência de especificações ou exigências restritivas.  Má fé de licitantes.	2	1		Fazer especificações abertas mantendo a boa qualidade do serviço/produto a ser licitado.	Diretoria de Cerimonial  Comissão de contratação	-Adequar as especificações/exigências contestadas desde que não prejudique a qualidade do objeto licitado.  - Responder aos questionamentos dos licitantes.	Diretoria de Cerimonial  Comissão de contratação



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

Adjudicação de licitante sem documentação completa de habilitação exigida em edital.	Falta de atenção no procedimento de checagem da documentação.	1	2		Observar as exigências da Lei, as especificações e os documentos solicitados, principalmente no que concerne à habilitação do fornecedor, através de rígida análise documental.	Diretoria de Cerimonial Diretoria de contratações	Rever o ato de adjudicação sempre que for verificado inconsistência na documentação do licitante vencedor.	Consultoria Jurídica.
Vencimento das propostas ofertadas por licitantes.	Atrasos nos Trâmites administrativos. Fornecimento de propostas com prazos de validade curtos.	2	1		Todas as áreas envolvidas devem contribuir e monitorar a tramitação do processo de modo a garantir que a assinatura da licitação se dê dentro do prazo de validade da proposta.  Solicitar propostas com prazos extensos.	Diretoria de Cerimonial Diretoria de Contratações.	Solicitar renovação das propostas.  Cobrar celeridade das partes envolvidas nas tramitações administrativas.	Diretoria do Gab. Presidência
Recusa em assinar o Contrato.	Acometimento da arrematante por problema administrativo após o certame.  Acontecimento de fator superveniente no mercado que desfavoreça a arrematante em relação ao preço arrematado.	1	1		Manter contato com a arrematante e esclarecer possíveis dúvidas desta.	Diretoria de Cerimonial Comissão de contratação.	Fazer diligências para atestar a capacidade de fornecimento da arrematante.  Convocar o próximo classificado.	Consultoria Jurídica
Atraso na entrega do objeto da contratação.	Falta de mão de obra e/ou material para atendimento.  Falta de planejamento da contratada para a prestação do serviço.	2	1		Alinhar com a contratada os prazos para atendimento.  Realizar diligência a fim de checar a capacidade de fornecimento do objeto.	Diretoria de Cerimonial	Notificar a contratada	Gestor do contrato



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

Extinção do contrato nas hipóteses legais.	Problemas internos na contratada. Problemas na prestação do serviço. Indisponibilidade financeira.	1	1		Seleção de empresas com boa saúde financeira e capacidade operacional, respeitados os limites de exigência da qualificação técnica/financeira.  Elaborar Termo de Referência com requisitos de contratação claros e objetivos, de modo a evidenciar todos os custos operacionais e obrigações que possam impactar na formulação das propostas.  Atuar de maneira proativa na fiscalização, identificando falhas operacionais e notificando a contratada para as correções no tempo hábil.  Garantir disponibilidade orçamentária para pagamento da contratação.	Diretoria de Cerimonial	Avaliar a necessidade e efetivar a contratação emergencial para que não ocorra solução de continuidade.  Efetivar nova contratação da solução escolhida.	Presidente do TJCE.  Consultoria Jurídica.  Gestor do Contrato.
Não cumprimento das exigências descritas no termo de referência.	Má fé da contratada. Fator superveniente surgido durante a execução do contrato.	2	1		Manter uma boa fiscalização do contrato.  Notificar, desde o início, qualquer descumprimento.	Diretoria de Cerimonial.	Aplicação de notificações e sanções.	Presidente do TJCE.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

**CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE IMPACTOS DE RISCOS**

<b>IMPACTO</b>	<b>DEFINIÇÕES ADOTADAS PARA CLASSIFICAÇÃO</b>
<b>ALTO</b>	Coloca pessoas em Risco Físico, e/ou Consiste em prática possivelmente interpretada como ilícita, e/ou Compromete imediatamente atividades-fim do TJCE.
<b>MÉDIO</b>	Coloca patrimônio em Risco, e/ou Pode ser interpretada como prática ilícita, e/ou Compromete imediatamente atividades-meio ou certamente a médio/longo prazo atividades-fim do TJCE.
<b>BAIXO</b>	Compromete fluxo de procedimentos; e/ou Retarda processos internos; e/ou Outro risco não enquadrado nas demais classificações.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

MATRIZ ILUSTRADA DE RISCOS

Probabilidade	Provável Valor 3	Possível Valor 2	Remota Valor 1
Impacto			
Alto Valor 3	<b>Risco Extremo</b> Somatório de Valor 6	<b>Risco Elevado</b> Somatório de Valor 5	<b>Risco Moderado</b> Somatório de Valor 4
Médio Valor 2	<b>Risco Elevado</b> Somatório de Valor 5	<b>Risco Moderado</b> Somatório de Valor 4	<b>Risco Baixo</b> Somatório de Valor 3
Baixo Valor 1	<b>Risco Moderado</b> Somatório de Valor 4	<b>Risco Baixo</b> Somatório de Valor 3	<b>Risco Baixíssimo</b> Somatório de Valor 2